

As décadas de 80 e 90: transição democrática e predomínio neoliberal

Marco Alexandre de Aguiar¹

Resumo

O Brasil não possui uma tradição democrática. Analisando a república brasileira encontramos poucos momentos de efetiva democracia. Desde sempre, políticos brasileiros misturam questões de caráter público e privado. Entretanto, apesar de todas as deficiências, devemos destacar a importância da consolidação democrática vivida em nosso país. Dentro dessa perspectiva, analisamos o momento da transição democrática ocorrida na década de oitenta do século passado, bem como o predomínio da mentalidade neoliberal nos anos noventa.

Palavras-chave: Abertura política; Democracia; Neoliberalismo.

Abstract

Brazil does not have a tradition democratic. Evaluating the republic Brazilian we find few moments of effective democracy. From always, the Brazilian politicians mix subjects of public and private character. However, despite of all the deficiencies, we should highlight the importance of the democratic consolidation lived at our country. Inside of that perspective, we analyzed the moment of the democratic transition happened in the decade of eighty of last century, as well as the prevalence of the neoliberal mentality in the nineties.

Key-words: Political opening; Democracy; Neoliberalism.

¹ Doutor em história e sociedade (Unesp de Assis).

A Abertura política na berlinda: transição pacífica?

A primeira parte deste artigo apresenta uma reflexão sobre a conjuntura política da década de oitenta do século passado, com uma análise da transição democrática em nosso país. Para isso utilizamos algumas obras que podem contribuir neste sentido, como a da historiadora Ana Cristina Teodoro da Silva que, na sua tese de doutorado *O Tempo e as imagens de mídia capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo* realizou um estudo analisando capas das revistas *Manchete*, *Veja* e *Isto é Senhor* em dois períodos, final dos anos 60 e final dos anos 80. Uma capa selecionada pela autora, da revista *Isto é Senhor*, de dezessete de maio de 1989, apresenta um piso de um banheiro, com “uma gota na forma do mapa do Brasil” escorrendo para o ralo (SILVA, 2003, p. 32). A composição verbal da capa apresenta a seguinte frase: Ninguém Segura este país. A historiadora Ana Cristina Teodoro da Silva nos mostra, através desta capa e de sua interpretação, como na década de 80 prevalecia uma falta de perspectiva para o nosso país. O enorme crescimento da inflação, a frustração com o resultado da campanha das Diretas-já, em 1984, a morte do presidente Tancredo Neves no ano seguinte e a posse de José Sarney, um presidente que apresentava um perfil discreto e com uma certa demonstração de que “assumia a presidência assustado devido à morte do titular”, configuraram uma situação desoladora. Desta maneira, a capa de *Isto é Senhor* usou em sentido irônico a frase da ditadura militar, que apresentava um otimismo exagerado, assim como toda a propaganda política do período, a qual propugnava um enorme desenvolvimento do país, através das grandes obras. A capa, realizada vinte anos depois, possui o propósito de mostrar como todo esse discurso produzido pelos militares caiu no vazio.

A clássica divisão do século XX, realizada pelo historiador inglês Eric Hobsbawn (HOBSBAWN, 2001, p. 15), apresenta três períodos: de 1914 a 1945, chamado de Era da Catástrofe, devido a duas grandes guerras mundiais; 1945 a 1973, denominado era de ouro do sistema capitalista; e de 1973 a 1989, um período em que houve um predomínio da recessão e da estagnação na economia mundial. Claramente essa divisão de Hobsbawn traduz o percalço da década de 80, que posteriormente foi chamada pelos economistas como a “década perdida”, devido ao péssimo crescimento da economia brasileira e aos altos índices inflacionários. No começo da década, vivíamos a chamada abertura política, iniciada pelo presidente Ernesto Geisel (1974 a 1979) e continuada pelo seu sucessor João

Batista Figueiredo (1979 a 1985). Os militares argumentavam que essa abertura deveria ser “lenta, gradual e segura”, para ocorrer com certa serenidade.

Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA, 2003, p.243-282), no seu artigo *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, traça um panorama da abertura brasileira. Ele inicia apontando três elementos importantes desse processo: 1) O ator externo, ou seja, a mudança da política norte-americana, ocorrida com a posse do presidente Jimmy Carter em 1976. Neste momento, houve um esgotamento da estratégia dos americanos de apoiar regimes ditatoriais, como ocorreu em 1964 no momento do golpe militar que depôs João Goulart. Devido à derrota no Vietnã e ao escândalo Watergate, surge a percepção, com a derrota dos republicanos e ascensão dos democratas, de que os Estados Unidos deveria mudar de estratégia e iniciar um discurso favorável aos direitos humanos e contrário ao autoritarismo. 2) Militares castelistas, interessados na reconstitucionalização. Homens, como Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel e João Batista Figueiredo trabalharam para obter a abertura. Francisco Carlos Teixeira da Silva estabelece a seguinte denominação: *Projeto Geisel/Golbery*, que defendia uma transição lenta, gradual e segura, para conter os militares da chamada “linha dura” e ao mesmo tempo estabelecer uma ligação política com os setores moderados da oposição, para obter uma transição pacífica. 3) Oposição organizada em torno do MDB, tendo à frente Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro. Além desses podemos mencionar Marco Maciel e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), um segmento interno do PDS, e instituições como sindicatos, igreja, imprensa, universidade e artistas. Nesse bloco oposicionista podemos destacar a luta pela anistia (1978/79) e a campanha Diretas já! (1983/84). No momento desta última, já havia ocorrido a volta do pluripartidarismo e o PT se configurava como um partido de oposição que “não aceitava concessões e alianças”. Neste contexto, o partido não apoiou a candidatura Tancredo Neves e José Sarney na denominada *Aliança Democrática*.

Dentro dessa divisão realizada por Francisco Carlos Teixeira da Silva, o autor enfatiza a importância de mostrar que a transição para a democracia foi uma conquista de todos os atores mencionados. Essa perspectiva contraria a visão de militares, como a de Ernesto Geisel e a do ex-ministro Delfim Neto, que atribuem a abertura à iniciativa e promoção dos militares, como se o “povo ou a oposição”



Figura 1. Passeata no RJ pela anistia. Agosto de 1979.

não tivesse condições e poder de realizar tal empreendimento político. Concordamos com o historiador carioca, ao afirmar que essa mentalidade possui um viés conservador e retrógrado, no sentido de considerar que as importantes mudanças históricas ocorrem de “cima para baixo”. A participação popular no processo de abertura, como no caso da campanha das Diretas já, nos remete à luta contra a ditadura desde o seu início e na fase mais repressora, em que a tortura, o exílio e os assassinatos

tornaram-se comuns. Todas as formas de resistência devem ser consideradas, inclusive daqueles que pegaram em armas e partiram para a guerrilha.

Em relação ao processo de abertura, não podemos esquecer a perda de apoio que os militares sofreram devido à crise econômica que foi se consolidando a partir da segunda metade da década de setenta. Quando a economia estava bem, com o crescimento da economia chegando aos 11 % ao ano, isto significava ganhos substanciais para a classe média e empresarial, portanto havia um “namoro entre esses segmentos e os militares”. Entretanto essa harmonia começou a se desmanchar a partir do momento em que a inflação começou a se elevar a níveis insuportáveis e os ganhos tornaram-se cada vez menores. Nessa perspectiva, há um depoimento do historiador Jaime Pinsky, apresentado em um documentário da TV Cultura, intitulado *Histórias do Poder*. No quinto programa dessa série (economia e política), Jaime Pinsky afirma que nenhum governo fracassa quando a economia prospera, e assim teceu as seguintes considerações:

No período ditatorial via-se isso. A classe média não enxergava freqüentemente as mazelas da ditadura, não percebia os porões da ditadura, não ouvia os ais dos torturados quando a economia

ia bem e o chamado milagre brasileiro existia. Quando o milagre brasileiro começou a deixar de existir, os ouvidos se tornaram mais sensíveis e os gemidos dos porões da ditadura chegaram à classe média. (Histórias do Poder. 5º episódio: economia e política. Documentário tv Câmara. 2006).

No mesmo documentário mencionado acima, há uma avaliação de Ronaldo Costa Couto em relação ao período em que os militares estiveram no poder. Ele considera inegável o crescimento da economia e a conseqüente melhoria na infra-estrutura do país, com a construção de portos, aeroportos, energia, telecomunicação, contudo considera: “tudo isso é inegável, agora realmente a vocação brasileira, a alma brasileira é incompatível com a ditadura. O mal maior do regime militar foi exatamente andar de costas para a democracia”.

Muniz Sodré e Raquel Paiva, no livro *O Império do Grotresco*, ao focar a história da televisão brasileira, apresentam uma questão relacionada à expansão deste veículo: “a repressão à liberdade de expressão, tanto nos espaços públicos e nas universidades quanto na imprensa, abriu espaço para o entretenimento vinculado ao mercado de consumo e à tevê”. (SODRÉ, PAIVA, 2002. p. 113) Dessa maneira, a Rede Globo tornou-se “monopolista”, em 1982 ocupava a posição de quarta maior rede de televisão do mundo. Entretanto, terminado o período autoritário, podemos constatar que há uma preocupação, por parte da Rede Globo, de ocultar essa aliança do passado, ou seja, no contexto da Nova República, a emissora se esforça em apagar essa ligação, produzindo uma memória que lhe é conveniente.

Durante a fase de abertura política, não podemos deixar de mencionar alguns dos atos terroristas levados a cabo por setores militares empenhados em permanecer no poder. Em 1976, uma bomba explodiu na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e uma outra foi encontrada na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Em 1978, uma bomba é colocada no altar de uma igreja de Nova Iguaçu (RJ), onde atuava dom Adriano Hipólito, um notável defensor dos direitos humanos. Em 1980, nova bomba colocada na ABI, matando a funcionária Lyda Monteiro. No Rio de Janeiro, várias bancas de jornal sofrem atentados, para forçá-las a não vender jornais de oposição. Em 1981, ocorre o planejamento de um atentado de enorme proporção, que felizmente acabou não se concretizando, uma vez que a bomba explodiu no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário. Este morreu e seu companheiro, o capitão

Wilson Machado, sobreviveu. (SILVA, op. cit., p. 271) Estes atentados da extrema direita visavam desestabilizar o governo e encontrar uma justificativa para a manutenção dos militares no poder.



Figura 2. Estado do carro que levava a bomba do Riocentro (1981).

Nesse sentido, o governo do último general, João Batista Figueiredo, apresentou-se de forma bastante conturbada. Com a derrota da campanha Diretas-já, a via do colégio eleitoral, com uma eleição indireta, acabou prevalecendo. Tancredo Neves, político de grande trajetória na política brasileira e com um perfil moderado e conciliador, lançou sua candidatura à presidência, tendo como vice José Sarney. No campo oposto estava Paulo Maluf, político que, além de estar marcado por casos de corrupção, possuía uma ligação com os setores militares mais autoritários. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, mas ocorre algo totalmente inesperado, sua doença e morte antes da posse. Assim, “os militares saem de cena”, um presidente civil assume, mas eleito de forma indireta.

Ao analisar a década de oitenta do século passado, Ana Cristina Teodoro da Silva teceu as seguintes considerações em relação ao governo de José Sarney: “Ao final do mandato, sua imagem é de presidente fraco, impotente diante dos eternos três dígitos nos índices anuais de inflação”. (SILVA, op. cit., p. 31) Esse era o clima para as eleições de 1989, momento em que, depois de quase trinta anos, teríamos uma

eleição direta para presidente (a anterior a essa foi em 1960, quando Jânio Quadros se elegeu). Houve uma polarização entre dois candidatos bastante distintos. De um lado, Fernando Collor de Melo, que no começo das eleições ainda não possuía uma projeção nacional, era conhecido apenas no Nordeste, além de pertencer a um partido sem expressão, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional). Do outro lado, Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), candidato de esquerda e com expressão política devido a sua liderança sindical no final da década de 70 e início dos anos 80. Nesse período, Lula chegou a ser preso devido a sua atuação nas greves ocorridas no ABC paulista.

Fernando Collor de Melo possuía um perfil atlético e jovem, apresentando-se como “caçador de marajás”. De acordo com depoimento de Fernando Collor, essa expressão ele obteve do povo quando, num comício, alguém teria dito: “Collor, é preciso acabar com os marajás” (*Histórias do Poder*. 5º episódio: economia e política. Documentário tv Câmara. 2006). O candidato alagoano se colocou na posição de “salvador da pátria”, argumentando que traria modernidade para o país. No início da campanha, Lula estava à frente nas pesquisas e, apesar da derrota, obteve uma alta porcentagem dos votos no segundo turno (37,8%, enquanto Collor obteve 42,7%), transformando-se no principal candidato opositor das eleições seguintes (1994 e 1998). Depois de várias derrotas conseguiu se eleger em 2002 e se reeleger em 2006. Em parte, a sua derrota em 1989 é explicada devido ao seu perfil esquerdista, com os seus adversários associando-o ao fantasma do comunismo.

Anos 90: secularização, neoliberalismo e consolidação democrática

No dia 15 de março de 1990, Fernando Collor de Melo toma posse, e logo em seguida ocorre o lançamento de um plano econômico, que confiscou o dinheiro da caderneta de poupança da população. Isso gerou grandes traumas e muita confusão. A própria ministra Zélia Cardoso de Melo, ao fazer o pronunciamento pela televisão, não mostrou segurança no que estava propondo. Esse governo caracterizou-se pela defesa da abertura econômica e com um discurso forte a favor da privatização das empresas estatais. O presidente eleito, depois de trinta anos sem eleições diretas, acabou sofrendo um processo de impeachment (1992) devido ao seu envolvimento em casos de corrupção. Novamente um vice precisa assumir de forma precária. Itamar Franco (1992-1994), político mineiro, no final de seu mandato, acaba sendo ofuscado pela presença do seu ministro, Fernando Henrique Cardoso, que

lançou as bases do Plano Real. Esse acaba servindo de trunfo para a eleição do sociólogo da USP em 1994, uma vez que o trauma do povo brasileiro em relação à questão dos altos índices da inflação era enorme.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso ocorreu com uma aliança política entre os partidos do PSDB (Partido da Social Democracia) e o PFL (Partido da Frente Liberal). O PSDB surgiu de uma dissidência do PMDB e se formou com alguns políticos que possuíam muita expressão, como Mário Covas, Franco Montoro e o próprio Fernando Henrique Cardoso. Na aliança realizada, o PFL, partido conservador, compôs a chapa com o vice-presidente Marco Maciel. O sociólogo Marco Aurélio Santana, no seu artigo *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*, apresenta uma característica importante deste governo: “Fernando Henrique assumirá como insígnia de seu governo “o fim da era Vargas” e de tudo o que ela representava”. (SANTANA, 2003, p. 302) Dessa maneira, durante a década de noventa, temos um processo de flexibilização das leis trabalhistas, e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) passa a ser vista pelos neoliberais como empecilho para as relações trabalhistas e principalmente como obstáculo na geração de empregos.

No artigo mencionado acima, de Marco Aurélio Santana, observamos claramente a mudança que ocorreu no movimento sindical brasileiro, na passagem da década de oitenta para a de noventa, devido à conjuntura política e econômica deste último período. Enquanto nos anos oitenta ocorreu um “ressurgimento” do movimento sindical, principalmente na região do ABC paulista, com destaque para questões políticas, nos anos noventa o sindicalismo se caracterizou por um refluxo. Houve uma diminuição no número de greves e os sindicalistas passaram a ter uma postura defensiva, preocupando-se mais com a manutenção dos empregos, do que com aumentos salariais. No governo de Fernando Henrique houve um endurecimento no tratamento dispensado pelo Estado ao movimento sindical. Dentro desse endurecimento, Santana menciona uma atitude tomada, durante uma greve de petroleiros em 1994, quando “o governo deslocou tropas do Exército para ocupar quatro das 11 refinarias da Petrobrás, sob a justificativa de que se dispunha a garantir o direito daqueles que queriam trabalhar” (Ibid. p. 303).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu um debate, seguido de tomada de decisões em relação aos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. Em 1995, foi promulgada

uma lei (nº 9.140), que reconhecia os mortos em dependência do estado e previa indenizações para as famílias. (ALVES DE ABREU, 2001, p. 3.574) Durante esse processo formou-se uma comissão, com representantes dos parentes dos familiares, dos militares e do ministério público. Na dissertação de mestrado de Larissa Brisola Brito Prado, intitulada *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar*, a autora analisa casos de indenização. Nessa época, dois casos despertaram enormes polêmicas, o de Carlos Lamarca e o de Carlos Mariguella. Em relação ao primeiro, a principal indignação e revolta de setores militares têm relação com o fato de Carlos Lamarca ter sido um desertor do Exército, portanto um traidor na ótica dos militares. Além disso, a viúva Maria Pavan Lamarca já possuía aposentadoria. Em relação a Carlos Mariguella, os militares tentaram argumentar que este morreu em combate, em um confronto com o exército e que, portanto, não cabia direito a indenização. Entretanto, o laudo do médico legista Nélon Massini, afirmou que Mariguella havia sido executado a queima roupa, com um tiro no peito. Assim a comissão formada acabou sendo favorável, tanto ao pedido de Carlos Mariguella, como para Carlos Lamarca. Evidentemente os setores militares ficaram revoltados.

Ainda enfocando a dissertação de Larissa Brisola Brito Prado, encontramos a ampliação da lei ocorrida no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que permitiu a inclusão de familiares de suicidas na condição de também receber indenização. Essa mudança ocorreu enquanto o irmão de Iara Iavelberg (guerrilheira, morta em 1971) aguardava resposta do processo de exumação do cadáver desta, tornando-se desnecessário, pelo menos no caso de indenização, uma resposta exata se houve suicídio ou se foi assassinato. O resultado do laudo ocorreu em 2005 e afirmou que provavelmente não foi suicídio. Em junho de 2006, a família conseguiu um “novo enterro”, e os restos mortais de Iara Iavelberg saíram da área periférica do cemitério e foram transferidos para um “local normal”. A família de Iavelberg pertence à religião judaica. Nesta, o suicídio é encarado como algo extremamente negativo e, no enterro dos suicidas, eles são colocados em lugares periféricos do cemitério. Depois de décadas de luta, a família conseguiu o seu desejo.

No artigo *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, João Manuel Cardoso Melo e Fernando Novais analisam as transformações ocorridas no modo de viver das pessoas devido à industrialização e à urbanização ocorrida no século XX, no Brasil. Nesse processo os homens deixam de fazer a barba

com navalha, as donas de casa aos poucos vão utilizando enceradeiras, batedeiras, máquina de lavar, e outros produtos que ajudam nos trabalhos cotidianos. Surgem os supermercados e depois os shopping centers (o primeiro shopping center do Brasil, o Iguatemi, foi inaugurado em 1966). O alimento industrializado vai se tornando dominante, nem sempre apresentando apenas mudanças vantajosas: “O frango de granja toma lugar do frango caipira, com grande perda de sabor”. (MELLO, NOVAIS, 1998, p. 566) Há um aumento do hábito da utilização da escova e pasta de dente, ao mesmo tempo em que as roupas produzidas em massa são mais baratas, e o uso do jeans torna-se preponderante. No livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade*, essas mudanças também são visíveis no depoimento de dona Risoleta, descendente de ex-escravos. (BOSI, op. cit., p. 363) Ela demonstra seu espanto com a existência das feiras e supermercados de produtos agrícolas, que antes existiam apenas na época de colheita, mas que atualmente estão disponíveis o ano inteiro. Também estranha o tamanho das cenouras.

As conseqüências dessas transformações são visíveis na década de 90. Nessa época houve uma valorização do individualismo e o diálogo entre as pessoas diminuiu devido, entre outros fatores, à presença da televisão. Ocupando ela destaque dentro da casa, os problemas familiares e a vivência familiar são renegados a um segundo plano. Em muitas casas passam a existir dois ou três aparelhos de televisão, chegando ao absurdo de, em alguns lares, cada indivíduo possuir o seu aparelho. Um trecho do artigo escrito por João Manuel Cardoso Melo e Fernando Novais sintetiza de maneira bem clara as características do Brasil nos anos 90:

Correspondendo à predominância da especulação sobre a produção, surge uma nova personagem, o yuppie, sempre vestido a caráter. Nos anos 90, atingimos o ápice deste processo com o neoliberalismo: estamos, os 160 milhões de brasileiros, sujeitos à ditadura dos mercados financeiros internacionais, que exigem austeridade – isto é, a venda do patrimônio público para pagar dívidas, o socorro aos bancos falidos para manter a saúde do sistema financeiro, o corte dos gastos sociais para equilibrar o orçamento, a usurpação dos direitos trabalhistas para aumentar a competitividade. (MELLO, NOVAIS, op. cit., p. 566)

Durante a década de 90, consolidou-se um tipo de jornalismo essencialmente preocupado com questões mercadológicas, sem o perfil do “homem público” que jornalistas de décadas anteriores possuíam. Dessa maneira, predominantemente a mídia fez a defesa do neoliberalismo, apresentando-o como a única solução possível para os problemas nacionais. A carência de valores se estabelece

na sociedade, com o declínio das idéias que falam em solidariedade. Constatamos um aumento do número de pessoas vivendo sozinhas e com problemas existenciais. Mas, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer a importância da consolidação democrática ocorrida na década de 90. Apesar da democracia ainda possuir muita dificuldade para resolver problemas crônicos, como a enorme desigualdade social, não podemos deixar de reconhecer na consolidação democrática um aspecto importante para pensarmos em um projeto para nosso país. Nesse sentido, cabe aos historiadores, recordar a efervescência política-cultural que havia no Brasil no período anterior ao golpe de 1964. Esse momento especial vivido na nossa história pode servir como inspiração.



Figura 3. Passeata do MST. Oposição ao neoliberalismo.

Fontes das imagens

1) Histórias do Poder. 5º episódio: economia e política. Documentário tv Câmara. 2006.

2) Imagens extraídas da internet:

Figura 1: www.vejaabril.com.br

Figura 2: www.virtualmanifesto.blogspot.com

Figura 3 www.farm1.static.flickr.com

Referências bibliográficas

ALVES DE ABREU, Alzira... [et al.] *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BOSI, ECLÉA, *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A.. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. História da vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRADO Larissa Brisola Brito. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar*. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Neves Almeida, Lucilia (org.). *O Brasil Republicano*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *O Tempo e as imagens de mídia capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo*. Assis, 2003. 239 p. Tese (doutorado em História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 32.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. p. 243-282. *O Brasil Republicano*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, Muniz, PAIVA, Raquel. *O Império do Grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.